

Organização:
Rosalice Pinto
Maria das Graças Rodrigues

**TEXTOS E DISCURSOS
NO DIREITO E NA POLÍTICA:
ANÁLISES E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES**

Organização:
Rosalice Pinto
Maria das Graças Rodrigues

TEXTOS E DISCURSOS
NO DIREITO E NA POLÍTICA:
ANÁLISES E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

Ficha técnica

Título:

Texto e Discurso no Direito e na Política: análises e perspectivas interdisciplinares

Organização:

Rosalice Pinto (CLUNL/CEDIS)

Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN)

Comissão Editorial:

Acir Mário Karwoski (UFTM)

Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL)

João Gomes da Silva Neto (UFRN)

Luis Passeggi (UFRN)

Maria Aldina Marques (Universidade do Minho)

Maria Eduarda Giering (UNISINOS).

Maria Inês Batista Campos (USP)

Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN)

Micheline Mattedi Tomazi (UFES)

Rosalice Pinto (CLUNL/CEDIS)

Sueli Cristina Marquesi (PUCSP / UNICSUL)

Zilda Aquino (USP)

Comissão Avaliação:

Acir Mário Karwoski (UFTM)

Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL)

Carla Teixeira (CLUNL)

Maria Aldina Marques (Universidade do Minho)

Micheline Mattedi Tomazi (UFES)

Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)

Revisora técnica:

Célia Maria Medeiros (UFRN)

Capa:

Grácio Editor

Coordenação editorial:

Rui Grácio

Design gráfico:

Grácio Editor

1ª edição: agosto de 2016

ISBN: 978-989-8377-98-2

© Grácio Editor

Travessa da Vila União, 16, 7.º drt

3030-217 COIMBRA

Telef.: 239 084 370

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos

Índice

APRESENTAÇÃO.....	7
Rosalice Pinto	
INTRODUÇÃO.....	11
Maria das Graças Soares Rodrigues	
RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA DO JUIZ NO USO DE ARGUMENTO DE AUTORIDADE EM SENTENÇAS JUDICIAIS.....	17
Anderson Souza da Silva Lanzillo	
O PLANO DE TEXTO NO GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL	27
Alba Valéria Saboia Teixeira Lopes	
A ARGUMENTAÇÃO EM DISCURSO POLÍTICO DE POSSE.....	39
Angélica Ferreira da Fonseca	
A ARGUMENTAÇÃO NO GÊNERO JURÍDICO CONTESTAÇÃO.....	59
Célia Maria de Medeiros	
ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS E DISCURSO JURÍDICO: A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E AS ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-TEXTUAIS NA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DA SENTENÇA JUDICIAL CONDENATÓRIA DE CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA	71
Emiliana Souza Soares Fernandes Maria das Graças Soares Rodrigues	

O DANO MORAL: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS EM SENTENÇA JUDICIAL TRABALHISTA	93
Flávia Elizabeth de Oliveira Gomes	
OPERADORES ARGUMENTATIVOS: ESTRATÉGIAS PARA A ARGUMENTAÇÃO	109
Francisco Geonilson Cunha Fonseca	
RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM NARRATIVAS QUE ORIENTAM AS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS DE CRIMES CONTRA A MULHER.....	119
Isabel Romena Calixta Ferreira	
O PLANO DE TEXTO COMO ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL.....	131
José Iranilson da Silva	
OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL	141
Maria das Vitórias dos Santos Medeiros	
ARGUMENTAÇÃO EM TEXTO JURÍDICO: UM TERMO DE AUDIÊNCIA	149
Nouraide Fernandes Rocha de Queiroz	
SOBRE OS AUTORES.....	161
SOBRE AS ORGANIZADORAS	165

APRESENTAÇÃO

Rosalice Pinto

CLUNL/CEDIS¹/ Portugal

rpinto@fesh.unl.pt

Este e-book reúne onze artigos produzidos por alunos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ao final do curso intitulado “Argumentação em textos jurídicos, políticos e mediáticos”. Esta formação, por mim ministrada, teve a duração de 30 horas e foi realizada no 2º semestre de 2015, na UFRN.

O curso baseou-se, num primeiro momento, na apresentação do Estado da Arte sobre a argumentação desde as suas origens aristotélicas até a contemporaneidade. Com isso, foram evidenciadas as contribuições do *Traité de l'Argumentation: la Nouvelle Rhétorique* de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1958) e do *The Uses of Argument* de Stephen Toulmin (1958) para uma reatualização dos estudos aristotélicos. Num segundo momento, observou-se como a argumentação foi revista por vários teóricos dos estudos linguísticos e textuais-discursivos, descrevendo a especificidade da contribuição de vários autores: Ducrot (1984), Anscombre & Ducrot (1988); Adam (1990, 2011), Bronckart (1999, 2008), Charaudeau (1992, 2005), Amossy (2000, 2012). Ainda, foi estudada a importância do estudo da argumentação numa perspectiva de gênero (Pinto, 2010, 2015). Tais contribuições teóricas aportaram categorias analíticas relevantes, contudo, em função do trabalho com textos empíricos inseridos em práticas sociais diversas, foram requisitados outros autores que trouxeram algumas especificidades descritivas. Nomeadamente, os estudos de Rabatel (2003, 2009, 2013) sobre os pontos de vista (PDV) ou, ainda, os de Adam no âmbito de descrições linguísticas dentro da Análise textual dos discursos (ATD). Os artigos que se seguem procuram consolidar os aspectos teóricos a partir da análise de textos de natureza jurídica e política

O primeiro estuda os mecanismos de responsabilidade enunciativa e de construção de pontos de vista mobilizados através do emprego de argumentos de autoridade em *sentenças judiciais*. Através das contribuições da ATD e da teoria dos Pontos de Vista (PDV), o autor atesta a existência de várias posturas enunciativas na construção do PDV do próprio juiz quando do uso do argumento por autoridade.

¹ Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa e Centro de Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, respectivamente.

O segundo artigo apresenta um estudo sobre o plano de texto do gênero *sentença judicial*, baseando-se nos pressupostos da ATD. A partir da análise dos *corpora* selecionados, foi atestada a existência de um plano de texto fixo neste gênero, embora tenha sido constatada uma diversidade de sequências textuais.

O terceiro visa a identificar e descrever as modalidades linguísticas no *discurso político de posse* de 2011 da presidente Dilma Rousseff. Os resultados demarcam o *discurso político de posse* como um gênero persuasivo e revelam a importância da modalidade linguística enquanto componente desse gênero.

O quarto artigo analisa e interpreta o engajamento do locutor enunciador primeiro (L1/E1) — advogado — nas seções “Das Preliminares” e “Do Mérito” no gênero jurídico *contestação*. Estudos efetuados demonstram, a partir da análise das modalidades deônticas e axiológicas, o engajamento do L1/E1 quando assume a responsabilidade enunciativa do que é dito.

O quinto investiga a materialidade linguística da (não) assunção da responsabilidade enunciativa no gênero *sentença judicial condenatória*, observando o gerenciamento e hierarquização das vozes na construção da argumentação textual/discursiva. Os resultados preliminares pontuam dois aspectos. Primeiramente, atestam a existência de dois movimentos realizados pelo juiz na gestão dos PDV: o da imputação e o da responsabilização no jogo da (não) assunção da responsabilidade enunciativa. Ainda, evidenciam que o gerenciamento de vozes e a hierarquização dos PDV constituem argumentos relevantes.

O sexto identifica e analisa as representações discursivas em uma sentença judicial trabalhista sobre o dano moral. Os resultados obtidos indicam que a representação discursiva das partes envolvidas na narrativa judicial é oriunda das referências e de suas atualizações.

O sétimo artigo analisa alguns mecanismos argumentativos utilizados em sentenças judiciais. Utilizando um estudo de caso, demonstra mais especificamente a função dos operadores argumentativos neles presentes na orientação dos co-enunciadores em suas ações. Procura atestar, com isso, a influência que o enunciador exerce sobre o co-enunciador no intuito de atingir o seu objetivo.

O oitavo artigo, de cunho descritivo, procura descrever e analisar a responsabilidade enunciativa (RE) em uma sentença judicial condenatória de crime contra a mulher. As análises das marcas de responsabilidade enunciativa atestam o engajamento do locutor enunciador primeiro no seu *dizer* o que, no caso em análise, leva à punição do réu.

O nono artigo se propõe a analisar a orientação argumentativa em um gênero textual específico, a *sentença*. Em função das análises efetua-

das, a partir de um diálogo intergenérico, verificou-se que a sentença judicial apresenta várias potencialidades genéricas que a atravessam. Apresenta, assim, uma “tradicionalidade funcional” e certa estabilidade que foi mantida ao longo do tempo.

O décimo evidencia o papel dos organizadores textuais (em especial dos conectores argumentativos) em uma sentença judicial. As análises efetuadas atestam a importância dos últimos para evidenciar o ponto de vista (PdV) do produtor do documento.

O décimo primeiro artigo procura descrever a argumentação em um Termo de Audiência (TA) que trata da resolução de conflitos familiares, circunscritos no âmbito dos direitos da pessoa idosa, em uma Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Nessa direção, o texto nos permite inferir que o fato de se buscar a garantia de direitos, por meio da Instituição jurídica competente, o Ministério público, é pressuposto para se concluir que o objetivo de melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas será alcançado. Uma análise preliminar atesta que o conflito apresentado é resolvido, alcançando o consenso entre as partes envolvidas na querela.

É importante salientar que estes artigos **são de responsabilidade total dos próprios autores**. Mestrandos, Doutorandos e Doutores aqui reunidos, com ‘tonalidades’ de texto distintas e estágios de pesquisa variados, procuraram trazer as suas contribuições para o estudo da argumentação em textos empíricos em práticas sociais distintas.

Este e-book é o resultado de um trabalho em equipe e, como tal, ficaria difícil agradecer a todos que aqui, direta ou indiretamente, colaboraram para a sua concretização. No entanto, gostaria de tecer alguns agradecimentos especiais. Primeiramente, à Professora Doutora Maria das Graças Soares Rodrigues que, com liderança e competência, vem proporcionando, enquanto líder do Grupo de Pesquisa “Análise Textual dos Discursos” da UFRN, o crescimento profissional dos seus alunos e colegas de profissão. Em segundo lugar, à Professora Mestre Célia Maria Medeiros, revisora técnica deste livro que, com empenho e profissionalismo, foi responsável pela compilação dos textos e pela comunicação direta com os colegas. Em terceiro lugar, agradeço a vocês, autores e colegas de ‘ofício’ que conseguiram, com empenho, determinação e coragem, concretizar este projeto.

O meu agradecimento final ao Prof. Dr. Rui Grácio, editor chefe desta obra que, com um trabalho internacionalmente reconhecido na área dos estudos argumentativos, continua a relevar a importância dos estudos sobre a linguagem na argumentação dos textos/dos discursos, em circulação na práxis social.

